

## DOSSIÊ

30 ANOS DO ECA: CONSTRUINDO DIÁLOGOS COM A  
EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO

30 YEARS OF ECA: CONSTRUCTING DIALOGUES WITH EDUCATION AND TRAINING

No ano de 2020 comemoramos 30 anos de aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), popularmente conhecido como ECA. Uma legislação que ainda provoca discussões e ataques, na tentativa de redução/revogação de Direitos Humanos de crianças e adolescentes brasileiros. Esse instrumento legal nada mais é do que a garantia constitucional do que está previsto no artigo 227 da CF/1998.

Esses direitos foram conquistados após longo período histórico de negação da condição de sujeito à crianças e adolescentes, sendo esses objeto do estado e do poder familiar, na perspectiva de um objeto manipulável à vontade dos adultos. Essa histórica tem início com a escravidão, passa pela lei do ventre livre, pela abolição, pela início da república e perdura até 1988, como poderemos compreender na leitura do primeiro capítulo.

Desta forma, o ECA se apresenta como uma grande conquista, que em 30 anos garantiu direitos básicos, entre eles a vida à muitas crianças e adolescentes. Essa garantia à vida consta desde o pré-natal até completar 18 anos ou ainda, 21 em casos excepcionais. Outros direitos como saúde e educação entre outros, ainda não temos total garantia, principalmente entre os mais pobres, ainda que o ECA tenha colocado crianças e adolescentes, independente de condição social, raça, credo ou qualquer qualificativo, na mesma condição, como portadores de todos esses direitos e a responsabilidade igual entre a família, a sociedade e o estado. Portanto, sem hierarquia de responsabilidades, mas sim compartilhada entre esses os três segmentos.

Entretanto, pela falta de compreensão de seus princípios por parte de considerável parcela da população, bem como pela ausência de compromisso e investimento em políticas públicas que garantam esses direitos, no Brasil, ainda assistimos muitas violações a esta lei, o que se torna ainda mais grave, quando equívocos advindos do contexto formador, ou seja, da educação, seja pelas políticas educacionais ou por agentes da educação como educadores/professores. Muitos, advindos de uma formação sem discussão aprofundada sobre o ECA e, por se basearem em suas histórias pessoais ou crenças de senso comum, defende a revogação do ECA ou mesmo da idade penal no país. Esses educadores precisam avançar em seu entendimento, pois não se trata de concordar ou não, cabe a escola, como instituição do estado, fazer valer esses direitos a todas as crianças e adolescentes e se colocar como defensora da dignidade humana.

Nesse contexto, nesse dossiê buscamos apresentar subsídios formativos, conceituais e teóricos que permitam avanços, bem como, partilhar experiências formativas no contexto da educação, com o objetivo de que se constitua em material a ser inserido na formação de futuros professores/educadores.

Acreditamos que uma educação pautada em direitos humanos de crianças e adolescentes pode se constituir em um instrumento potente na transformação da

realidade, para que nos próximos 10 anos do ECA possamos observar a efetivação desses direitos e, conseqüentemente, a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Contrariamente aos argumentos de parcela da mídia e de governantes pouco interessados nos direitos de crianças e adolescentes, o ECA permite vislumbrarmos direitos humanos básicos fundamentais, que garantem dignidade humana a todos, bem como nos implica a responsabilidades coletivas, bem como do próprio sujeito de direitos. Essa concepção necessita ser entendida, apropriada e executada, por ser essa a perspectiva da proteção integral fundante do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

Portanto, nesses 30 anos temos muito a comemorar, mas também, muitos desafios na luta por sua implementação, além de grande atenção aos ataques e retrocessos impostos a partir de casos particulares que, claramente denunciam o descaso do estado em suas responsabilidades em uma democracia.

Neste dossiê apresentamos um pouco do trabalho desenvolvido nos últimos 10 anos com um grupo de estudantes de graduação, pós-graduação, professores da educação básica, buscando o reconhecimento integral e a vida digna de crianças e adolescentes. Alguns autores aparecem nos textos, mas outros, inumeráveis, participaram ativamente na construção, reflexão e implementação desses trabalhos, tendo se constituído na escrita de trabalhos de conclusão de cursos de licenciaturas e pedagogia e outros como resultados de iniciações científicas e dissertações de mestrado.

Débora Cristina Fonseca

Coordenadora do GEPEPDH, Docente do Departamento de educação e do programa de Pós- Graduação, IB, UNESP, Rio Claro